



NOVIDADES LEGISLATIVAS



EDIÇÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Nesta Edição:

- Comissão aprova projeto de logística reversa para medicamentos e embalagens;
- Senado aprova reativação de incentivo para o programa Minha Casa, Minha Vida;
- CTASP realiza audiência pública sobre Reforma Sindical.

Comissão aprova projeto de logística reversa para medicamentos e embalagens

A Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF da Câmara dos Deputados aprovou o PL 2121 de 2011, Agenda Legislativa da Indústria 2019, que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir a implementação obrigatória do sistema de logística reversa de medicamentos e embalagens.

Foi aprovado o texto substitutivo da Comissão de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço – CDEICS, fruto de acordo com o setor farmacêutico e prevê de forma expressa que os diferentes segmentos da cadeia produtiva de medicamentos (indústria, importadores, comércio e distribuidores) ficarão responsáveis por arcarem com os custos associados às suas respectivas responsabilidades legais.

Esta disposição visa resolver o impasse que vem impedindo a concretização do acordo setorial de medicamentos, relativo à resistência dos setores em assumir os custos do compartilhamento das responsabilidades e às tentativas de estender para o setor industrial a responsabilidade pelos custos do sistema de logística reversa.

A matéria, que já foi aprovada na CDEICS, segue para apreciação das Comissões de Meio Ambiente – CMADS e, em caráter conclusivo, de Constituição e Justiça – CCJC.

Senado aprova reativação de incentivo para o programa Minha Casa, Minha Vida

O Plenário do Senado aprovou hoje o PL 888/2019, que restabelece regime especial de tributação para a incorporação de imóveis residenciais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O texto retoma o Regime Especial de Tributação (RET) para a incorporação de unidades residenciais de até R\$ 100 mil.

Por meio do RET, a incorporadora recolhe o equivalente a 1% da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da CSLL e do PIS/Cofins.

A proposta estabelece que esse regime volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas no Registro de Imóveis competente ou tenham tido os contratos de construção assinados.

A concessão do benefício tributário em comento contribuiu sobremaneira para a maior proteção dos credores da incorporação imobiliária, diante da exigência do regime de afetação, bem como para a redução dos preços dos imóveis residenciais contemplados, no caso das construções, e para o absoluto sucesso do programa habitacional, que hoje alcança todos os Estados da Federação com a construção de mais de 2 milhões de unidades imobiliárias, beneficiando, por conseguinte, milhares de famílias brasileiras.

Em face da efetividade desse benefício na consecução da política habitacional do país, tem-se que é de extrema relevância, trazer maior segurança jurídica, com disposições legais claras, além de sedimentar os resultados do programa de forma ampla e duradoura na sociedade brasileira.

O projeto que segue para a sanção presidencial.

CTASP realiza audiência pública sobre Reforma Sindical

A Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP) realizou hoje audiência pública para discutir a reforma sindical, a pedido da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA). O debate tratou sobre a possibilidade de ser implementada no Brasil a liberdade sindical ao invés da unicidade, que vigora atualmente.

Participaram da discussão diversos representantes de centrais sindicais, que defenderam conjuntamente a permanência do atual modelo. Adilson Araújo, presidente da CTB, afirmou que não é o melhor momento para tratar do assunto devido à crise econômica, política e social do país. Mas, caso seja realizada uma reforma, a CTB não defende a pluralidade. José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras, além de defender a unicidade, salientou a importância do PL 5.552/2019, recém apresentado pelo dep. Lincoln Portela.



Sheila Tussi Cunha Barbosa, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), declarou que a instituição está preocupada com o cenário político e com a tentativa de fracionamento do sistema sindical. A assessora levantou o questionamento sobre

para quem seria benéfico essa mudança de estrutura, uma vez que seria prejudicial tanto para os empregadores quanto para os trabalhadores. Ademais, reiterou que a CNTC defende a manutenção do sistema confederativo e organizado por categoria ou ramo econômico com unicidade sindical, e que não ocorra mais intervenção do Estado na sua organização através da alta regulamentação.

Mauro Rodrigues de Souza, subsecretário de Políticas Públicas e Relações do Trabalho do Ministério da Economia, argumentou que objetivo do governo não é desconstruir o sistema sindical, mas sim discutir a autonomia efetiva de sindicatos e a forma de intervenção do Estado na organização do mesmo. Também afirmou enfaticamente que o governo não tem um projeto pronto sobre o assunto, pois o GAET (Grupo de Altos Estudos do Trabalho) não apresentou proposta ainda.